

## **Este material foi testado com as seguintes questões de acessibilidade:**

- PDF lido por meio do software *NVDA* (leitor de tela para cegos e pessoas com baixa visão);
- Guia da *British Dyslexia Association* para criar o conteúdo seguindo padrões como escolha da fonte, tamanho e entrelinha, bem como o estilo de parágrafo e cor;
- As questões cromáticas testadas no site *CONTRAST CHECKER* (<https://contrastchecker.com/>) para contraste com fontes abaixo e acima de 18pts, para luminosidade e compatibilidade de cor junto a cor de fundo e teste de legibilidade para pessoas daltônicas.

# As tendências da educação e do trabalho na agenda internacional 2030

The education and work tendencies in the 2030 agenda

Las tendencias de la educación y del trabajo en la agenda internacional 2030



João Roberto Resende Ferreira

Universidade Estadual de Goiás (UEG)

2

**Resumo:** O presente artigo tem como objetivo apresentar as principais características da educação e do trabalho contidas nos objetivos quatro e oito da Agenda Internacional 2030 das Nações Unidas para o desenvolvimento sustentável, publicada em 2015. O artigo é parte dos primeiros estudos da pesquisa “Educação, trabalho e hegemonia: limites e tensões no processo de desenvolvimento do capital”, em andamento no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Educação Linguagem e Tecnologias, PPG-IELT, da Universidade Estadual de Goiás (UEG). Nele apresento como os dirigentes da Organização das Nações Unidas (ONU) estão desenvolvendo propostas do capital para a educação, o trabalho e para o desenvolvimento sustentável com o objetivo de divulgar ideias

de desenvolvimento, inclusão e sustentabilidade. O conteúdo da agenda aponta para um novo tipo de formação humana e garantia de direitos no trabalho. Para seu desenvolvimento foi utilizada a pesquisa bibliográfica em documentos, como a própria Agenda 2030, e em autores como Mészáros (2007); Idalgo, Correia e Medina (2019) e Marx (2017). Este primeiro estudo aponta para a necessidade de ampliarmos as pesquisas sobre o tema, buscando revelar as contradições e os desafios que a proposta da agenda impõe sobre os países membros que a assinaram e, especificamente, sua implantação no Brasil.

Palavras-chave: Agenda Internacional 2030. Educação. Trabalho.

**Abstract:** This article aims to present the main characteristics of education and work contained in the objectives four and eight of the 2030 Agenda of the United Nations for sustainable development, published in 2015. The article is part of the firsts studies of the research "Education, work and hegemony: limits and tensions in the capital development process", that is in progress in the Interdisciplinary Postgraduate Program in Education, Language and Technologies", of State University of Goiás (UEG). In this article, is presented the way the leaders of United Nation Organizations (UN) are developing proposals of the capital for education, work and for the sustainable purposes with the objective of spread ideas about development, inclusion and sustainability. The agenda's content points to a new type of human formation and guarantees of rights in work. For its development, it was used the bibliographic search in documents, like the 2030 Agenda, and in autores like Mészáros (2007); Idalgo, Correia and Medina (2019); and Marx (2017). This first study points to the need of enlargement on the searchs about the subject, seeking to reveal the contradictions and the challenges that

the agenda's proposal imposes on the member countries that signed it and, specifically, its implantation here in Brazil.

Keywords: 2030 Agenda. Education. Work.

**Resumen:** El presente artículo tiene como objetivo presentar las principales características de la educación y del trabajo que hacen parte de los objetivos cuatro y ocho de la Agenda Internacional 2030 de las Naciones Unidas para el desarrollo sustentable, publicada en 2015. El artículo es parte de los primeros estudios de la pesquisa "Educación, trabajo y hegemonía: límites y tensiones en el proceso de desenvolvimiento del capital", que sigue siendo hecho en el Programa de Posgraduación Interdisciplinar en Educación, Lenguajes y Tecnologías, PPG-IELT, de la Universidad Estadual de Goiás (UEG). En este proyecto, es presentado el modo como los dirigentes de la Organización de las Naciones Unidas (ONU) están desarrollando propuestas del capital para la educación, el trabajo y para el desenvolvimiento, inclusión y sustentabilidad. El contenido de la agenda muestra un nuevo tipo de formación humana y garantía de los derechos en el trabajo. Para su desarrollo, fue utilizada la pesquisa bibliográfica en documentos, como la propia Agenda 2030, y en autores como Mészáros (2007); Idalgo, Correia e Medina (2019); y Marx (2017). Este primer estudio señala la necesidad de agrandarse las pesquisas sobre el tema, buscando revelar las contradicciones y los desafíos que la propuesta de la agenda impone sobre los países miembros que la firmaron y, específicamente, su implantación en Brasil.

Palabras clave: Agenda Internacional 2030. Educación. Trabajo.

Data de submissão: 12/03/2020  
Data de aprovação: 20/04/2020

## Introdução

Na atual conjuntura em que se encontra a sociedade dominada pela forma de organização capitalista, em quase toda maioria do globo, nos deparamos com uma crescente desigualdade social, enorme distância econômica entre países e pessoas e ampliação do desemprego formal. Segundo dados da Austin Rating, agência classificadora de risco de crédito, ou seja, uma agência do mercado, a taxa de desemprego subiu para 24,6 por cento em todo o mundo no trimestre encerrado em julho de 2016. O Brasil ficou em sétimo do mundo em um ranking com 51 países. Nesse mesmo ano, segundo o IBGE, a população desocupada no Brasil chegou a 11,8 milhões de pessoas. Pelo ranking, o desemprego no Brasil em 2016 só perdia para o registrado na África do sul (26,6%), Espanha (19,9%), Montenegro (17,3%), Jordânia (14,7%), Croácia (13,3%) e Chipre (11,7%). Em 2018, no Brasil, faltou trabalho para 27,6 milhões de brasileiros. É o que constatou e divulgou a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNA) trimestral do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Toda essa situação vem causando um sentimento de incapacidade e incerteza em uma grande parte da população de jovens, principalmente entre os que estão em busca do primeiro emprego, e em milhões de desempregados quanto ao futuro do trabalho. Além disso, há incertezas sobre como melhorar o acesso e a permanência dos alunos da classe trabalhadora à escola. Ainda segundo o IBGE, em 2018 aumentou o número de “desalentados”, uma nova categoria indicada pelo órgão para aquelas pessoas que já se cansaram de procurar emprego e que, às vezes, não têm nem mesmo o dinheiro para saírem à procura de uma vaga de trabalho.

É verdade que várias outras formas de trabalho têm se desenvolvido como, por exemplo, no setor de serviços e os que são oriundos do desenvolvimento científico e tecnológico. No entanto, junto a isso há uma exigência maior de formação técnica e intelectual que desafia os jovens, principalmente das classes mais desfavorecidas, ao disputarem uma vaga no concorrido e cada vez mais escasso mercado de trabalho.

Por outro lado, tem sido muito divulgado pela mídia e organismos internacionais o conceito de desenvolvimento sustentável como forma de se referir ao meio ambiente e aos recursos naturais. No entanto, temos a ameaça constante dos recursos naturais que têm causado impacto negativo, como as desertificações, secas, degradação dos solos, o assoreamento dos rios e eliminação de nascentes. A ganância dos senhores do capital tem provocado uma eminente destruição do planeta e colocado em risco a sobrevivência da humanidade.

No Brasil, os exemplos do que ocorreu em 2015 na cidade de Mariana e em 2019 em Brumadinho, ambas em Minas Gerais, são os mais atuais, para não recuarmos tanto na história e descrevermos o que vem ocorrendo com a Mata Atlântica e a atual situação da Amazônia.

As consequências da automação industrial para a classe trabalhadora podem ser sentidas ao longo do processo de acumulação capitalista, como por exemplo, após a Segunda Guerra Mundial e com a nova forma de produção implementada com o toyotismo. Cada período de acumulação do capital gera uma força de trabalho excedente relativa que terá de ser suplantada por outras fontes de trabalho. Em outras palavras, com o uso cada vez maior da ciência e da tecnologia como força produtiva do capital, um novo exército de reservas de trabalhadores deverá desempenhar um papel nos campos de trabalho cada vez mais mal pagos, o que causa maior dificuldade de sobrevivência na sociedade do capital.

No que se refere à educação, as exigências impostas pelo mundo cada vez mais “utilitário” das ciências e da tecnologia também não são diferentes. Estamos presenciando um distanciamento dos alunos das classes trabalhadoras dos níveis mais exigentes e necessários para disputarem uma vaga no já escasso mercado de trabalho. E o pior, os cortes de verbas do Estado, impostos com a emenda 55/2016, que limita por 20 anos os gastos públicos, têm prejudicado ainda mais não só a infraestrutura das escolas, mas a qualidade dos serviços e a remuneração dos professores, o que afeta até mesmo a capacidade criativa das crianças.

Esse já é um tema debatido historicamente, mas os Índices de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), divulgados em setembro de 2018, pelo Ministério da Educação (MEC), e pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), demonstram que o país não atingiu a meta de nota 60 nos anos finais do ensino fundamental e ensino médio. Como exemplo, em 2017, nas médias calculadas a partir das notas de proficiência em língua portuguesa e matemática no Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), mais de setenta por cento (70%) dos estudantes estão no nível insuficiente. (BRASIL, 2019)

A divulgação dos índices acima só evidencia o quadro precário no qual se encontra a nossa educação. E isso reflete também no campo do trabalho, uma vez que sem uma boa formação teórica e prática será mais difícil para as futuras gerações de trabalhadores ingressarem em um mercado de trabalho cada vez mais competitivo. Assim, é necessário investigar sobre a agenda da ONU, como passaremos a descrever abaixo, para que possamos entender se é mais uma proposta para realmente diminuir as desigualdades ou mais uma reforma para manutenção do capital?

## A agenda 2030: o diagnóstico

Os dirigentes dos países capitalistas mais ricos do mundo se reuniram na sede da ONU, em Nova York, em setembro de 2015, e propuseram um plano de ação, denominado Agenda 2030, na busca por erradicar a pobreza e proteger o planeta, bem como garantir a paz, a prosperidade e diminuir as desigualdades.

Esta agenda é um plano de ação para as pessoas, para o planeta e para a prosperidade. Ela também busca fortalecer a paz universal com mais liberdade. Reconhecemos que a erradicação da pobreza em todas as suas formas e dimensões, incluindo a pobreza extrema, é o maior desafio global e um requisito indispensável para o desenvolvimento sustentável. (AGENDA 2030, p. 2).

8

Segundo os organizadores, todos os países interessados deverão atuar coletivamente na implantação desse plano, pois consideram que essas medidas são ousadas, transformadoras e devem ser urgentes “para direcionar o mundo para um caminho sustentável e resiliente” (AGENDA 2030). A agenda contém um conjunto de 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que são apontados como necessários para tomarem medidas ousadas e transformadoras.



**Figura 01:** Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS).  
**Fonte:** Agenda 2030.

O tema desenvolvimento sustentável não foi exclusividade da Agenda 2030. Antes dela o tema já foi discutido por mais de



100 chefes de Estado na conferência sobre Meio Ambiente e o Desenvolvimento, na cidade do Rio de Janeiro, que ficou conhecida como Rio 1992.

Dando prosseguimento a esse processo, nos dias 6 a 8 de Setembro de 2000, a ONU realizou em Nova York uma nova conferência com os chefes de 147 Estados e aprovaram a Declaração do Milênio das Nações Unidas, reafirmando adesão aos propósitos dos documentos anteriores para a sustentabilidade e o desenvolvimento.

Vinte anos depois da Rio 92, uma nova rodada de discussão foi realizada na conferência Rio+20 para avaliar os resultados e buscar novas estratégias para suprirem as lacunas da implantação anterior. Os resultados e propostas desse encontro foram divulgados no documento “O Futuro que Queremos”, publicado em junho de 2012. Trata-se de um documento com 283 artigos. O campo referente à erradicação da pobreza está descrito nos artigos 105 a 107.

Os representantes reconhecem que devido ao prazo estipulado nas conferências anteriores, houve progresso na redução da pobreza em algumas regiões, porém, o número de pessoas vivendo na miséria continua a aumentar, principalmente mulheres e crianças, em países de menor desenvolvimento e no caso de países da África.

Um dos requisitos fundamentais para a erradicação da pobreza, segundo os proponentes do documento, é o crescimento econômico e equitativo para todos nos países em desenvolvimento. A proposta é conceder na agenda das Nações Unidas a máxima prioridade para alcançar esse objetivo, abordando as causas e os desafios da pobreza e criando estratégias integradas, coordenadas e coerentes.

Embora os tempos atuais sejam de uma implantação do Neoliberalismo<sup>1</sup> em quase todos os países, no documento os chefes de

<sup>1</sup> O neoliberalismo é uma doutrina influente nos governos de quase todos os países capitalistas. Os principais formuladores desse ideário foram os intelectuais de Direita F. A. Hayek, Karl Popper e Milton Friedman. Todos defendem a ordem dos mercados livres e deploram qualquer política (mormente o socialismo) que alegue um conhecimento definitivo das necessidades humanas. Tal conhecimento absoluto não é acessível a nenhum observador central, e, por conseguinte, a nenhum governo. Assim, aos indivíduos, que vivem em uma “sociedade aberta”, o maior número de decisões deve ser transferido para o mercado, o qual, em uma opção maximizante, é a única democracia genuína. Cf. Outhwaite e Bottomore, 1996, p. 526.

Estado reconhecem que para enfrentar e reduzir a desigualdade e a exclusão social é necessária a promoção do acesso universal aos serviços sociais.

Neste documento os chefes de Estado partem do reconhecimento da necessidade de erradicar a pobreza, de mudar os modos de consumo e produção, de preservarem o meio ambiente e manterem a paz mundial como condições essenciais para o desenvolvimento sustentável.

Em 25 de setembro de 2015, os representantes dos 193 Estados-Membros da Organização das Nações Unidas (ONU), dentre eles o Brasil, adotaram formalmente a Agenda 2030. O objetivo é atender às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazer as suas próprias necessidades, equilibrando crescimento econômico, meio ambiente e educação, saúde dentre outros. Isso significa que os Estados-Membros terão de agir em conjunto com a sociedade civil e outros grupos até 2030 procurando maneiras de realizar seus negócios de formas diferentes para que todos sejam beneficiados.

## A agenda 2030

A Agenda 2030 parte de uma realidade muito presente na sociedade capitalista: a desigualdade. Em seu preâmbulo anuncia os seus propósitos a serem implantados. Trata-se de um plano de ação “para as pessoas, para o planeta e para a prosperidade”. Busca a paz universal e a erradicação da pobreza em todas as suas dimensões para o desenvolvimento sustentável. Para isso, conclama todos os países envolvidos a atuarem em “parceria colaborativa”, para “libertar a raça humana da tirania da pobreza e a curar e proteger nosso planeta”, “sem deixar ninguém para trás”. Para isso, os dezessete

objetivos serão a referência para alcançarem e concretizarem os “direitos humanos, a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres e meninas”. Segundo o documento, os ODS são integrados e indivisíveis, pois equilibram as três dimensões do desenvolvimento sustentável, quais sejam: a econômica, a social e a ambiental. Todos os ODS estimularam as ações para os próximos 15 anos em áreas de importância crucial para a humanidade e o planeta.

No que se refere à humanidade, os elaboradores do documento determinam “acabar com a pobreza e a fome em todas as suas formas e dimensões”, garantindo que todos os seres humanos possam realizar seu potencial em dignidade e igualdade e em um ambiente saudável.

Para o planeta as propostas do grupo são de protegê-lo por meio de um consumo e de produção sustentável, de uma gestão sustentável dos recursos naturais e por meio de medidas urgentes sobre a mudança climática, visando suportar às necessidades das gerações presentes e futuras, assegurando a todos os seres humanos “desfrutar de uma vida próspera” (p. 2). Nesta proposta está inclusa uma “plena realização pessoal, e que o progresso econômico, social e tecnológico ocorra em harmonia com a natureza”. Essas medidas promoverão sociedades pacíficas, justas e inclusivas.

Estamos determinados a mobilizar os meios necessários para implementar esta Agenda por meio de uma Parceria Global para o Desenvolvimento Sustentável revitalizada, com base num espírito de solidariedade global reforçada, concentrada em especial nas necessidades dos mais pobres e mais vulneráveis e com a participação de todos os países, todas as partes interessadas e todas as pessoas. (AGENDA, 2030, p. 2)

Segundo os organizadores da Agenda, os vínculos e a natureza dos ODS são de crucial importância e se forem realizados em toda extensão proposta, “a vida de todos será profundamente melhorada e nosso mundo será transformado para melhor”.

## A agenda 2030 no Brasil

No Brasil, o primeiro passo oficial para implantação da Agenda 2030 foi criar a Comissão Nacional para os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (CNODS). Essa comissão foi criada pelo decreto n. 8.892, do dia 27 de outubro de 2016, publicado no Diário Oficial da Nação (DO), no dia 31 de outubro do mesmo ano. Conforme o DO, a comissão tem como finalidade difundir e dar transparência ao processo de implementação da Agenda 2030. A comissão é uma instância colegiada paritária, de natureza consultiva, e está integrada à estrutura da Secretaria de Governo da República, tendo a função de articular, mobilizar e dialogar com os entes federativos e a sociedade civil.

Segundo o artigo terceiro do decreto, a comissão será composta por 16 integrantes, sendo um representante titular e suplente dos seguintes órgãos: Secretaria de Governo da Presidência da República, que será presidente da comissão; Casa Civil; Ministério das Relações Exteriores; Ministério do Desenvolvimento social e Agrário; Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, e Ministério do Meio Ambiente (6); um representante, titular e suplente, dos níveis de governo estadual ou distrital e um municipal (2) e representantes titulares e suplentes da sociedade civil (8). A escolha dos integrantes para o primeiro biênio, 2017 a 2019, foi realizada por meio de Edital de Seleção Pública na seguinte ordem: para os integrantes do nível estadual e distrital, o edital número

3 publicado em 14/03/2017; para os integrantes do nível governo municipal, edital número um publicado em 06/03/2017; e para os integrantes da sociedade civil, edital número dois publicado em 06/03/2017. “Os representantes das instituições selecionadas para compor a CNODS foram designados pela Portaria SEGOV nº 38 de 24/05/2017 (alterada pela Portaria nº 56 de 07/08/2017), a cerimônia de posse ocorreu em 29/06/2017 e a primeira reunião ordinária no dia 07/07/2017”. (Plano de Ação, 2017-2019, p. 11-13)

Para assessorar a CNODS ficaram designadas a Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)<sup>2</sup> e a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Quanto aos seus desdobramentos, ou seja, as ações que governos e os representantes dos interesses do capital irão desenvolver até 2030, terão como objetivos a consolidação de políticas públicas que terão como referência a agenda.

Até o momento, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) lançou um Plano de Ação 2017 – 2019, com objetivo de contribuir para que sejam estabelecidas as condições adequadas dos ODS no Brasil. O plano visa também fortalecer o diálogo entre o governo e sociedade civil para a construção de mecanismos institucionais e de participação social no processo de implantação dos Objetivos.

Cabe destacar aqui que no Brasil desde 2002, programas do governo federal de erradicação da fome e da pobreza, bem como na equiparação de direitos ao acesso e permanência dos alunos das classes trabalhadoras nas escolhas primárias e secundárias e de nível superior estavam sendo exemplos para outros países. Porém com o golpe jurídico político de 2015, o que prevaleceu foram os cortes e congelamentos nos programas da seguridade social e da educação, caracterizando um desmonte de todas as ações que foram realizadas neste sentido, inclusive a própria Comissão Nacional dos ODS<sup>3</sup>.

<sup>2</sup> Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/ods/publicacoes/plano-de-acao-da-cnods-2017-2019> > acesso em 05/03/2020.

<sup>3</sup> Extinta via Decreto 9759/2019. Até o fechamento deste artigo não havia informação oficial sobre a reinstalação da Comissão Nacional dos ODS.

## A tendência no campo da educação

No campo da educação, os dirigentes indicam “assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos”. Para isso, propõem reforçar a cooperação internacional para alcançarem o acesso universal à educação primária. Argumentam que o acesso universal a esse nível de ensino em países em desenvolvimento é condição essencial para que alcance o desenvolvimento sustentável e a erradicação da pobreza, bem como a igualdade de gênero, o “empoderamento” das mulheres e o desenvolvimento humano, garantindo a realização dos objetivos de desenvolvimento acordados internacionalmente e a participação de homens, mulheres e da juventude. Somente esses pontos já seriam uma promessa alvissareira, porém, enfatiza também a necessidade de garantir “o acesso de todos à educação, como os povos indígenas, para pessoas com deficiências, grupos de minoria étnica e populações rurais”.

Dando continuidade às propostas, os organizadores da Agenda 2030 apresentam a preocupação com a organização dos sistemas escolares para preparem os jovens para além do nível básico. Reconhecendo os jovens como “guardiões do futuro”, argumentam que “os sistemas educacionais devem ser dotados de meios para preparar melhor os jovens a promoverem o desenvolvimento sustentável”. Isso seria realizado por meio de

(...) uma melhor formação de professores, currículo e programas escolares que tenha a sustentabilidade como tema central, visando sempre preparar os estudantes para carreiras em áreas relacionadas à sustentabilidade e de utilização eficaz das tecnologias de comunicação e informação para melhorar os resultados de aprendizagem. (AGENDA, 2030)

Os organizadores preveem que os Estados-Membros promovam a conscientização dos jovens para o desenvolvimento sustentável, por meio de programas de educação não formal. Para esses programas os referenciais seriam as metas da Década das Nações Unidas para o desenvolvimento Sustentável.

No que diz respeito a melhorar o acesso à educação formal, o grupo enfatiza a importância de ampliar a cooperação internacional, por meio de “reforço da infraestrutura em educação e aumento de investimento nos países em desenvolvimento”, como é o caso do Brasil, encorajando até mesmo a parceria, incluindo a criação de bolsas de estudos para ajudar a atingir a meta da educação global.

O que podemos observar é que o foco central da Agenda 2030 para o campo da educação é o mote do desenvolvimento sustentável. Todas as suas propostas e ações apontam para isso. Assim, destacam que só atingirão os objetivos os países que aderirem à agenda e adotarem “práticas em gestão de sustentabilidade” em seus sistemas escolares estendidas a toda comunidade, integrando professores, alunos e moradores locais, tendo o desenvolvimento sustentável como um componente integrador de todas as disciplinas.

## A tendência no campo da educação

A crise estrutural do fordismo - Keynesianismo -, iniciado nos anos de 1970, e o desenvolvimento do toyotismo, como nova forma de produção, remetem a sociedade a uma série de transformações econômicas e sociais, impondo ajustes à economia que passa pela contradição essencial entre capital e trabalho. Nesse contexto, os dirigentes da Agenda 2030 apresentam um discurso hegemônico de uma sociedade a qual precisa sustentar o “crescimento econômico per capita de acordo com as circunstâncias nacionais, em parti-

cular, um crescimento anual de pelo menos 7% do produto interno bruto [PIB] nos países menos desenvolvidos”.

Análises de pesquisas atuais (IDALGO; CORREIA; MEDINA, 2019) mostram que é necessário refletirmos sobre o processo histórico da crise do sistema produtivo fordista para entendermos como o capitalismo se modifica, pela via do aprofundamento de sua racionalização, na tentativa de garantir a sua continuidade.

Trata-se de um momento central, pois determina diversas transformações no mundo do trabalho que passam desde a tendência à redução da oferta de emprego à transformação qualitativa do trabalho, agora mais precário, instável e com piores remunerações. (IDALGO, CORREIA; MEDINA, 2019, p. 2)

É nesse contexto que emerge de forma hegemônica a ideia de “trabalho decente”, que visa programar por meio de políticas públicas as mudanças propostas pela ONU no campo do trabalho. Os dirigentes indicam promover o “crescimento econômico sustentável, incluso e sustentável, o emprego pleno e produtivo e o trabalho decente para todos”.

O objetivo é atingir níveis bem mais “elevados de produtividade das economias por meio da diversificação, modernização tecnológica e inovação”. Todo esse processo de crescimento viria por meio de políticas públicas que apoiam “as atividades produtivas, geração de emprego decente, empreendedorismo, criatividade e inovação”, incentivando as pequenas e médias empresas, inclusive por meio de acesso a “serviços financeiros”.

Os alcances desses níveis seriam progressivamente melhorados até 2030, utilizando de forma eficiente “os recursos globais no consumo e na produção” sustentável sob a liderança dos países desenvolvidos. Assim, até 2030 seria alcançado “o emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todas as mulheres e homens, inclusive para os jovens e as pessoas com deficiência, e remuneração



igual para trabalho de igual valor". E antecipa na agenda o objetivo de até 2020 "reduzir substancialmente a proporção de jovens sem emprego, educação ou formação".

No que se refere às condições de trabalho análogas a escravos, consta na agenda que deverão ser tomadas medidas eficazes para assegurar a proibição e eliminação das piores formas de trabalho, dentre elas, o trabalho infantil, que deverá ser extinto "em todas as suas formas" até o ano de 2025.

Dentre as contradições mais atuais, estão as propostas sobre os direitos trabalhistas. Em meio a um desmonte de direitos que as reformas previdenciária e trabalhista em curso estão efetivando, as proponentes da agenda defendem "proteger os direitos trabalhistas e promover ambientes de trabalho seguros e protegidos para todos os trabalhadores", incluindo aí os migrantes e as mulheres. Visam também "implementar políticas para promover o turismo sustentável" para geração de empregos e promoção da cultura e de produtos locais, bem como fortalecer a capacidade das instituições financeiras nacionais "para incentivar a expansão do acesso aos serviços bancários, de seguros e financeiros para todos". Por fim, não menos audacioso e importante, pretendem até 2020 "desenvolver e operacionalizar uma estratégia global para o emprego dos jovens e implementar o Pacto Mundial para o Emprego da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

## Para não concluir

Neste artigo, o objetivo foi apresentar as principais características do que a Agenda Internacional 2030 da ONU apresenta sobre a educação e o trabalho, presentes nos seus ODS 04 e 08. A proposta da Agenda 2030 diz respeito a um problema crônico no Brasil e nos

países em desenvolvimento que é a questão da desigualdade. Sua criação parte de uma realidade social marcada pela desigualdade e a busca por garantir um mundo sustentável, o trabalho decente e a paz para as gerações atuais e futuras do planeta, por isso o lema de “não deixar ninguém para trás”.

Podemos argumentar que os objetivos propostos na agenda para a educação e o trabalho são importantes. Poucos negariam que as ideias de desenvolvimento, inclusão e sustentabilidade, presentes na Agenda 2030, são indispensáveis para o desenvolvimento social. Porém, o que pode se destacar é que para resolver problemas crônicos das desigualdades sociais no capitalismo, as propostas sobre educação e trabalho aparecem desprovidas de qualquer alusão sobre as lutas de classes. São apresentadas como únicas e necessárias para a solução dos problemas históricos das desigualdades na educação e no trabalho.

A divulgação dessas ideias vem se multiplicando nos discursos, documentos e nas práticas político-pedagógicas, tanto de governos como das organizações sociais de educadores e meios de comunicação em geral. Trata-se de fazer chegar à sociedade, por meio de uma narrativa, o objetivo de promover a paz e proteger o meio ambiente, bem como designar à educação escolar a tarefa de superar a distância desencadeada pela desigualdade social cada vez maior.

Porém, da forma como estão sendo propostas, as diretrizes para a educação e para o trabalho, na agenda, não possuem nenhuma correspondência com as práticas educacionais e a necessidade de superação do trabalho alienado, para cumprir as históricas e importantes funções de mudanças.

Ao invés de propor mudanças, as propostas da agenda, para a educação e o trabalho, apresentam elementos “capazes” de corrigir alguns detalhes defeituosos sobre a ordem estabelecida sem alterar as estruturas fundamentais da sociedade capitalista e eliminar

qualquer possibilidade legítima de conflito entre as classes sociais na luta pelo direito. Uma espécie de esforço destinado a instituir mudanças por meio de reformas no campo da educação e do trabalho, porém não podemos esquecer que pelo “lamentável histórico de estratégias reformistas, as determinações fundamentais do capital são irreformáveis”. (MÉSZÁROS, 2007).

Assim, como apresentado acima, a agenda é uma diretriz que oculta às relações sociais vigentes, típicas da sociedade capitalista. Uma análise mais profunda da agenda, assim como seus mecanismos de implementação vêm sendo desenvolvidos, no que se referem à educação e ao trabalho, dizem respeito à forma de concebemos em que contexto ela está sendo pensada. Trata-se de um contexto marcado pelo desenvolvimento de políticas neoliberais, determinadas pela lógica do mercado, que se contrapõem às políticas sociais, implementadas pela constituição de 1988, que possibilitaram o acesso aos direitos para uma maior camada da classe trabalhadora, principalmente no campo da educação e do trabalho.

O que percebemos é que os objetivos da Agenda 2030, especificamente nos dois campos apresentados aqui, não visam apenas se comprometer com a educação e o “trabalho decente”, mas trata-se de manter temas e valores relacionados a essas categorias de modo que se enquadrem às novas configurações do capital. Como já alertou Marx (2017), em relação à maquinaria, hoje, podemos dizer que as contradições das novas tecnologias não estão nelas próprias, mas em sua utilização pelo capitalismo, “pois, ao mesmo tempo em que elas aumentam as riquezas do produtor, utilizadas no capitalismo, elas empobrecem a maioria dos homens”.

As diretrizes e ações sobre educação e trabalho, como estão postas na agenda, estão abertas para o debate. Ainda que os dados sobre o baixo rendimento dos alunos nas escolas e o aumento do desemprego no Brasil e no mundo vão na contramão das

propostas da agenda, compete agora a todos os trabalhadores e à sociedade civil ampliarem as discussões sobre estratégias globais que contribuam para uma educação e um trabalho para além do capital, capazes de proporcionar uma vida justa e diminuírem a desigualdade em toda a sociedade. Nesse sentido, a conclusão é que devemos ampliar ainda mais nossas pesquisas sobre a agenda para entendermos como os países que a assinaram se comprometeram com ela, e quais os desafios da agenda aqui no Brasil, pois a própria Emenda Constitucional 95/2016, continua como obstáculo para a universalização do acesso à educação de qualidade e põe em risco o plano Nacional de Educação em vigência até 2024 e sua nova implantação (2024 – 2034) como principal política pública do país para alcançar o ODS 4.

## Referências

BRASIL. **PISA 2018 REVELA BAIXO DESEMPENHO ESCOLAR EM LEITURA, 2019.** DISPONÍVEL EM: [HTTP://PORTAL.INEP.GOV.BR/ARTIGO/-/ASSET\\_PUBLISHER/B4AQV9zFY-7Bv/CONTENT/PISA-2018-REVELA-BAIXO-DESEMPENHO-ESCOLAR-EM-LEITURA-MATEMATICA-E-CIENCIAS-NO-BRASIL/21206](http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9zFY-7Bv/content/pisa-2018-revela-baixo-desempenho-escolar-em-leitura-matematica-e-ciencias-no-brasil/21206). ACESSO EM: 20 FEV. 2020.

BRASIL. COMISSÃO NACIONAL PARA OS ODS PLANO DE AÇÃO 2017 – 2019. DISPONÍVEL EM: [HTTP://WWW4.PLANALTO.GOV.BR/ODS/PUBLICACOES/PLANO-DE-ACAO-DA-CNODS-2017-2019](http://www4.planalto.gov.br/ods/publicacoes/plano-de-acao-da-cnods-2017-2019). ACESSO EM: 24 FEV. 2020.

IDALGO, GABRIEL HENRIQUE; CORREIA, JOSÉ ALBERTO DE AZEVEDO VASCONCELOS; MEDINA, MARIA TERESA GUIMARÃES DE. **A CRISE DO TRABALHO NOS DISCURSOS DE UNIVERSIDADES PÚBLICAS PORTUGUESAS: A EPISTEMOLOGIA DO CONTRABANDISTA NA SOCIEDADE DO CONHECIMENTO.** DISPONÍVEL EM: [HTTPS://PERIODICOS.UFMG.BR/INDEX.PHP/TRABEDU/ARTICLE/VIEW/9794/9924](https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/9794/9924). ACESSO EM 14 JAN. 2020.

MARX, KARL. **O CAPITAL: CRÍTICA DA ECONOMIA POLÍTICA: LIVRO I.** SÃO PAULO: BOITEMPO, 2017.

MÉSZÁROS, INSTEVÁN. A EDUCAÇÃO PARA ALÉM DO CAPITAL. IN. MÉSZÁROS, INSTEVÁN. **O DESAFIO E O FARDO DO TEMPO HISTÓRICO.** SÃO PAULO: BOITEMPO, 2007, p. 195 – 223.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **AGENDA 2030.** DISPONÍVEL EM: [HTTPS://NACOESUNIDAS.ORG/POS2015/AGENDA2030/](https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/). ACESSO EM: 24 SET. 2019.

OUTHWAITE, WILLIAN; BOTTOMORE, TOM. **DICIONÁRIO DO PENSAMENTO SOCIAL DO SÉCULO XX.** RIO DE JANEIRO: JORGE ZAHAR, 1996.